

Atendimento é obrigação

Criar um sistema de compensação entre estados onde as fronteiras são porta de entrada e saída de pacientes. É a proposta do Ministério da Saúde (MS) para sanar os problemas da rede médico-hospitalar do Distrito Federal. A idéia é integrar DF, Goiás, Minas Gerais e Bahia de forma que a conta do paciente, independente do local do atendimento, seja paga pelo seu estado de origem.

A sugestão partiu do secretário de Assistência à Saúde do MS, Renilson Rehem. Ele reconhece que o problema do Distrito Federal é histórico e não será resolvido de uma hora para outra. Mas aconselha à Secretaria de Saúde do DF a agilizar uma espécie de cooperação com as secretarias dos estados vizinhos. A experiência, afirma Rehem, já foi implantada com sucesso nos estados de Tocantins, Pará, Maranhão, Piauí e Amapá.

“Por fazer fronteira com o leste do Maranhão e ser um centro de saúde desenvolvido, Teresina recebe muitos pacientes daquele estado. A câmara de compensação aliviou o problema”, exemplifica. O técnico do Ministério da Saúde se dispõe, inclusive, a ser mediador nessa negociação, assim como fez no Norte do país.

O secretário de Saúde do DF, Jofran Frejat, garante que essa tentativa de acordo já foi feita, sem sucesso. Ele conta que, no

início do ano passado, chegou a se reunir com os secretários de Minas Gerais, Goiás, Bahia e Tocantins, com a participação do próprio Renilson Rehem. “Levei levantamentos que comprovam a vinda de pacientes desses estados para o DF, mas nenhum deles se comoveu. Todos alegaram que também recebiam doentes de outros estados”, recorda.

É o que diz o secretário de Saúde do Estado de Goiás, Fernando Cupertino. “É difícil fazer que nossa população se desloque para Goiânia, já que estão mais próximas do DF. Nós também recebemos pacientes de outros estados como Mato Grosso, Minas Gerais e do próprio Distrito Federal”, argumenta. Mas o secretário garante que não está de braços cruzados. “Estamos investindo em saúde básica. Só nessa gestão, formamos quase 500 equipes de saúde da família e montamos 40 ambulatorios 24 horas em todo o estado.”

Uma outra saída apontada pelo Ministério da Saúde é concentrar esforços e investir pesado no sistema de saúde dos municípios do Entorno. “Aumentamos o teto financeiro de todos os estados, a partir deste mês. Goiás e Minas Gerais, por exemplo, já estão começando a se mexer, com novos investimentos no setor”, afirma Renilson Rehem. Ele exemplifica que foram inaugurados, recentemente, centros de hemodiálise em Unaí (MG) e Anápolis (GO).



GOVERNADOR RORIZ MOSTRA AO MINISTRO SERRA AS DEPENDÊNCIAS DO HOSPITAL DE BASE, UM DOS QUE MAIS ATENDE PACIENTES DE FORA DE BRASÍLIA

“LEVEI LEVANTAMENTOS QUE COMPROVAM A VINDA DE PACIENTES DESSES ESTADOS PARA O DF, MAS NENHUM SECRETÁRIO SE COMOVEU. TODOS ALEGARAM QUE TAMBÉM RECEBIAM DOENTES DE OUTROS ESTADOS”

JOFRAN FREJAT

Secretário de Saúde do DF

AVISO AO GDF

Renilson Rehem rebate as queixas do secretário Jofran Frejat, ao garantir que, no repasse do Sistema Único de Saúde (SUS), já está prevista a participação do Entorno. Um dos componentes para calcular a verba do SUS, segundo explica, é a média histórica de atendimentos dos estados e municípios. “Como Brasília sempre atendeu a população do Entorno, ela também está de certa forma incluída”, diz. Mas reconhece que houve um inchaço populacional desses municípios.

O secretário do Ministério da Saúde afirma ainda que entende a preocupação do GDF, mas

que isso não é motivo para a tomada de ações drásticas. “É inconstitucional fechar as fronteiras do Distrito Federal. Não importa a procedência do paciente, o que interessa é que ele é brasileiro”, afirmou, em uma clara alusão à recente decisão do GDF em tentar impedir que pacientes de outros estados realizassem hemodiálise em Brasília.

A medida durou apenas alguns dias e foi revogada mediante determinação da Justiça. “É bom saber quanto o Distrito Federal passou a economizar com a instalação dos centros de hemodiálise em Unaí e Anápolis”, alfinetou. (Sibele Negromonte e Tarciano Ricarto)

CARTÃO SUS SOB SUSPEITA

O ministro José Serra nega irregularidades na licitação do projeto do cartão do SUS, em fase de implantação no país, que está sendo contestado na Justiça. O programa prevê a informatização dos serviços de atendimento dos usuários do SUS. Em seis anos, os brasileiros terão o cartão SUS, que permitirá o atendimento mais rápido. O consórcio que perdeu a licitação — formado pelas empresas Unisys/Polimed — alega que funcionários do Ministério da Saúde teriam favorecido a empresa Hypercom.